



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR ELEITORAL RELATOR**  
**EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL**

**Processo nº 0600264-87.2024.6.21.0145**

**Procedência:** 145ª ZONA ELEITORAL DE ARVOREZINHA/RS

**Recorrente:** ELEICAO 2024 RAFAELA CORREA DOS SANTOS VEREADOR

**Relator:** DES. ELEITORAL VOLNEI DOS SANTOS COELHO

**P A R E C E R**

**RECURSO. ELEIÇÕES 2024. PRESTAÇÃO DE  
CONTAS. VEREADOR. APROVAÇÃO COM  
RESSALVAS E DETERMINAÇÃO DE  
RECOLHIMENTO AO TESOIRO NACIONAL. RONI.  
IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DOS  
PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E DA  
RAZOABILIDADE PARA O EVENTUAL  
AFASTAMENTO DO DEVER DE RECOLHIMENTO.  
PARECER PELO DESPROVIMENTO DO RECURSO.**

**I - RELATÓRIO**

Trata-se de recurso eleitoral interposto por RAFAELA CORREA DOS SANTOS contra sentença que julgou **aprovadas com ressalvas** suas contas de



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

campanha referentes às eleições de 2024, em que concorreu ao cargo de vereador no município de Anta Gorda/RS; determinando o **recolhimento** de R\$ 496,62 ao Tesouro Nacional, relativos à “utilização de Recursos de Origem Não Identificada” (ID 45997452).

Irresignada, a recorrente afirmou que “o recurso eleitoral se fundamenta apenas na condenação da recorrente em recolher a quantia de R\$ 496,62 ao erário público”; e sustentou que: a) “muito embora foram constatados recursos de origem não identificadas, o gasto foi efetivamente direcionado à campanha, conforme se esclareceu. Trata-se, pois, de **irregularidade isolada e de valor ínfimo**, sem qualquer impacto significativo na lisura do pleito”; b) “**a determinação de recolhimento da quantia ao erário não se mostra adequada**, considerando que o montante tido por irregular, que representa **15,37%** dos recursos recebidos num primeiro momento até pode parecer elevado, mas a receita total declarada pelo candidato é de R\$ 3.230,00, quantia esta que não pode ser considerada exorbitante ou exagerada”. Com isso, requereu a reforma da sentença “**para o fim de afastar a penalidade de recolhimento da quantia de R\$ 496,62 ao erário**, mantendo-se a aprovação das contas” (ID 45997456 - g. n.).

Após, foram os autos encaminhados a esse egrégio Tribunal e deles dada vista a esta Procuradoria Regional Eleitoral.

É o relatório. Passa-se à manifestação.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

## II - FUNDAMENTAÇÃO

Não assiste razão à recorrente. Vejamos.

Como se sabe, a jurisprudência, no âmbito da prestação de contas, tem aplicado os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade nos casos em que a irregularidade não ultrapassa o parâmetro de R\$ 1.064,10 ou 10% do total auferido em campanha, a fim de aprovar as contas com ressalvas.

Pois bem, **esse entendimento não afasta o dever de recolhimento de valores aos cofres públicos**, por menor que seja a quantia. Nesse sentido, eis precedente desse e. Tribunal:

PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÕES 2022. CANDIDATO ELEITO. DEPUTADO FEDERAL . ARRECADAÇÃO E DISPÊNDIO DE RECURSOS DE CAMPANHA. PARECER TÉCNICO PELA DESAPROVAÇÃO. **UTILIZAÇÃO DE RECURSOS DE ORIGEM NÃO IDENTIFICADA – RONI**. NOTAS FISCAIS NÃO DECLARADAS . AUSENTE TRÂNSITO PELA CONTA BANCÁRIA. INFRAÇÃO AO ART. 53, INC. I, DA RESOLUÇÃO TSE N . 23.607/19. BAIXO PERCENTUAL. APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E DA RAZOABILIDADE . DETERMINADO O RECOLHIMENTO AO TESOIRO NACIONAL. APROVAÇÃO COM RESSALVAS. 1. Prestação de contas apresentada por candidato eleito ao cargo de deputado federal, referente à arrecadação e ao dispêndio de recursos de campanha nas eleições gerais de 2022 . 2. Utilização de recursos de origem não identificada. [...]. Determinado o recolhimento do montante irregular ao Tesouro Nacional, nos termos do art. 32, caput, da Resolução TSE n . 23.607/19. 3. **A quantia considerada irregular representa 0,05%, do total da quantia manejada pelo prestador de contas em sua campanha eleitoral, sendo possível construir um juízo de aprovação com ressalvas das contas, mediante a aplicação dos princípios da proporcionalidade e da**



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

---

**razoabilidade, e conforme precedentes desta Corte . 4. Aprovação com ressalvas. Determinado o recolhimento ao Tesouro Nacional.**

(TRE-RS - PCE 060294985, Relator: Jose Vinicius Andrade Jappur, Publicação: 02/12/2022 - g. n.)

Dessa forma, **não deve prosperar a irresignação.**

### **III - CONCLUSÃO**

Ante o exposto, o **Ministério Público Eleitoral**, por sua agente signatária, manifesta-se pelo **desprovemento** do recurso.

Porto Alegre, 05 de agosto de 2025.

**MARIA EMÍLIA CORRÊA DA COSTA**

Procuradora Regional Eleitoral Auxiliar